

O PORTAL DO PROFESSOR: RECURSO EDUCACIONAL ABERTO (REA) PARA A AULA DE MÚSICA

María Débora Ortiz Rodriguez
Universidade de Brasília (UnB)
madeb54@hotmail.com

Resumo

Este artigo é um recorte de pesquisa que objetivou descrever e analisar as aulas de música no “Espaço da Aula” do Portal do Professor do MEC, identificando: autoria e coautoria; como são planejadas essas aulas, quais os conteúdos, objetivos, atividades, recursos e avaliações disponibilizados. A pesquisa adotou uma metodologia quali-quantitativa a partir de um estudo de análise documental. Entre os resultados obtidos, destacam-se as novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) como ferramenta de apoio para atividades, mas ainda pouco exploradas como recurso pedagógico musical.

Palavras-chave: Portal do Professor; Recursos Educacionais Abertos (REA); Aula de Música; Ensino Médio.

Abstract

This article is a research extract that aimed to describe and analyze the music lessons in the “*Espaço da Aula*” (Lesson Place) at the “*Portal do Professor*” from the Brazilian Ministry of Education (MEC), identifying: authorship and co-authorship; how these lessons are planned, which contents, objectives, activities, resources and assessment are made available. The methodology used is a quali-quantitative research and document analysis. Among the obtained results, the use of New Information Technologies and Communication (ICTs) within classes is presented as a tool to support activities. It is still seldom applied as an educational musical resource.

Keywords: *Portal do Professor* Open Educational Resources (OER), Music Lesson, School Education (Secondary Education).

Introdução

No contexto educacional atual se faz evidente a busca por novas estratégias e ferramentas ágeis e acessíveis que facilitem os processos de ensino e aprendizagem e a aplicação do conhecimento. Grande quantidade de professores usa recursos da internet para a preparação e desenvolvimento das suas aulas, assim como demonstrado nos fragmentos abaixo, esses extraídos do informe da pesquisa sobre as tecnologias na educação, pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil e o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação:

Desde 2013, a TIC Educação indica que, entre os professores, o uso de algum recurso obtido da Internet para preparar aulas ou atividades com os alunos está amplamente disseminado (em 2015, 96% dos docentes afirmaram utilizar tais recursos)... É interessante pontuar que, entre as atividades realizadas com o uso de computador e de Internet estimuladas pela pesquisa, a busca por conteúdo a ser trabalhado em sala de aula foi a mais citada por professores usuários de Internet (97%), sendo que este número é semelhante para professores de escolas públicas e de escolas particulares e em todos os níveis de ensino. Entre as demais atividades de preparação, o acesso e o uso de recursos educacionais digitais também ocupam espaço marcante, tendo em vista o uso de portais de professores (74%), o compartilhamento de conteúdos educacionais com outros professores (70%)... (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR 2016, 152)

Muitos dos recursos buscados são Recursos Educacionais Abertos (REA), do inglês *Open Education Resources* (OER), entendidos como recursos digitais de livre acesso e de licença aberta; criados e atualizados constantemente, com a possibilidade de ser usados, adaptados, compartilhados ou combinados. O termo foi usado pela primeira vez no Fórum da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 2002, financiado pela Fundação Hewlett e pela Cooperativa Ocidental de Telecomunicações para a Educação (WCET), cujo tema discutiu o impacto dos cursos abertos no ensino superior nos países em desenvolvimento. O evento definiu REA como:

The open provision of educational resources enabled by information and communication technologies, for consultation, use and adaptation by a community of users for non-commercial purposes. (UNESCO 2002, 24)

Tal como explica Rossini e Gonzalez, os Recursos Educacionais Abertos apresentam-se de diversas formas, entre os quais:

cursos completos, partes de cursos, módulos, livros didáticos, artigos de pesquisa, vídeos, testes, softwares, e qualquer outra ferramenta, material ou técnica, que possa apoiar o acesso e a produção de conhecimento. (Rossini e Gonzalez 2012, 38)

Um exemplo de REA no Brasil é o Portal do Professor do Ministério de Educação (MEC), criado em 2007 e disponibilizado desde 2008. Esse portal é um espaço de troca de saberes, de socialização de experiências, de gestão de sala de aula e de atualização. Sua classificação como um REA está relacionado ao fato de poder ser acessado em qualquer lugar que tenha internet; permitir ser utilizado por qualquer pessoa; e apresentar diversas possibilidades de uso docente, tais como: trocar ideias com colegas; atualizar-se com novos temas e artigos; informar-se sobre cursos, seminários ou encontros; acessar o repositório do Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE); acessar diversos recursos digitais para usar

nas suas próprias aulas; acessar aulas de outros professores e de diversas disciplinas; e socializar suas próprias aulas.

Este artigo apresenta um recorte da pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Música da Universidade de Brasília, cujo objetivo visou descrever e analisar as aulas de música disponibilizadas no “Espaço da Aula” do Portal do Professor do MEC. No decorrer deste artigo foram feitos comentários de atualização de definições e dados que por se tratar do REA, é um tema em constante revisão e ressignificação pelas pesquisas institucionais e a literatura subsequente.

Recursos Educacionais Abertos (REA)

O uso das Novas Tecnologias da Informação e das Comunicações (NTIC) é chamado de “terceira revolução industrial” como destacado pelo então diretor-geral da Unesco, Koichiro Matsuura (2005, 5) e têm propiciado mudanças radicais na evolução humana, da ciência e da técnica e das expressões culturais. Essas transformações têm o conhecimento como elemento central, objeto causador do aparecimento de sociedades emergentes em que se partilha o conhecimento, como observado no primeiro Informe da UNESCO sobre a Sociedade do Conhecimento:

En nuestros días, se admite que el conocimiento se ha convertido en objeto de inmensos desafíos económicos, políticos y culturales, hasta tal punto que las sociedades cuyos contornos empezamos a vislumbrar bien pueden calificarse de sociedades del conocimiento. (Matsuura 2005, 5)

Essas novas tecnologias não estão baseadas somente na ciência, mas no conhecimento total, elas fazem parte integral da cultura (Drucker 1979, 54). As NTIC envolvem diversos recursos como os convencionais impressos (jornal, revistas, correio), a televisão, o rádio, o vídeo, o computador e a internet, e o ensino e a aprendizagem com apoio das chamadas NTICs têm se convertido numa corrida pela sua utilização e/ou atualização em todos os níveis e modalidades educacionais.

Passarelli (2007) destaca o desenvolvimento das NTIC e aponta autores que elaboram conceitos teóricos inovadores como os propostos por Levy, Kerckhove, Pra, Perkins, Gardner. A autora descreve: Pierre Levy desenvolve o conceito de “inteligência coletiva”, ou seja, a prática da construção de um saber coletivo em comunidade. O conceito de “inteligência conectiva” ou a construção do saber baseada na interatividade por sistema de redes como a Internet, foi cunhado por Derrick Kerckhove. Segundo Passarelli (2007, 29-55), Roy Pea, David Perkins, e Howard Gardner, entre outros, trabalham com o conceito de “inteligência distribuída” no qual argumenta-se que a atividade humana é influenciada pelo ambiente local, composto por seres humanos e artefatos materiais, culturais, carregados de inteligência e, assim, defendem a existência de uma relação intrínseca entre pensamento, ação e meio ambiente, o que resulta no princípio de que a cognição é distribuída.

Nesse contexto, as inovações educativas propiciadas pelas NTIC, configuram novos tipos de interação como a Internet, em que a produção do conhecimento emerge em novas configurações de ensino e de aprendizagem e novas estratégias e recursos. Daí retorna-se ao debate sobre quem tem direito ao conhecimento produzido coletivamente. Para a UNESCO o acesso ao conhecimento deve ser universal, observando-se os direitos dos produtores e dos usuários:

El acceso universal al conocimiento debe seguir siendo el pilar en el que esté basada la transición hacia las sociedades del conocimiento.

La promoción efectiva de ese acceso supone un equilibrio entre los derechos de los titulares de derechos, por un lado, y los de los usuarios de los contenidos cognitivos, por otro lado, así como entre los dispositivos de protección de la propiedad intelectual y el conocimiento o la información de dominio público. Dentro de esta perspectiva, la UNESCO se ha comprometido a “promover el acceso libre y universal a la información de dominio público a los fines de la educación, la ciencia y la cultura” y para ello aprobó en 2003 la Recomendación sobre la promoción y el uso del plurilingüismo y el acceso universal al ciberespacio. (Bindé e Sampson 2005, 186)

Surgem os Recursos Educacionais Abertos (REA) do inglês *Open Education Resources* (OER), que propiciam novas formas de produzir e divulgar o conhecimento, motivados pelas recomendações e compromissos da UNESCO sobre velar para que as fontes da informação e do conhecimento, de domínio público, sejam acessíveis a todos.

Os REA foram definidos como

The open provision of educational resources enabled by information and communication technologies, for consultation, use and adaptation by a community of users for non-commercial purposes. (UNESCO 2002, 24)

Ou seja, materiais oferecidos livre e abertamente para educadores, estudantes e autodidatas, utilizarem e reutilizarem no ensino, na aprendizagem e na pesquisa.

No Brasil, a Universidade de Campinas (UNICAMP) inicia, em 2002, um trabalho com REA coordenado pelo professor Tel Amiel, investigador do Núcleo de Informática Aplicada à Educação, como um projeto com interesses na educação/tecnologia/cultura de cooperação Brasil/EUA.

Mais tarde, em 2008, teve início o projeto REA Brasil a partir da “visita de uma delegação internacional ao Ministério da Educação e a realização de uma série de eventos de sensibilização em São Paulo e Brasília” (REA). Uma das definições que o projeto adota para a definição de REA é oriundo de um documento desenvolvido pela UNESCO¹:

Recursos Educacionais Abertos são materiais de ensino, aprendizado e pesquisa em qualquer suporte ou mídia, que estão sob domínio público, ou estão licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros. O uso de formatos técnicos abertos facilita o acesso e o reuso potencial dos recursos publicados digitalmente. Recursos Educacionais Abertos podem incluir cursos completos, partes de cursos, módulos, livros didáticos, artigos de pesquisa, vídeos, testes, software, e qualquer outra ferramenta, material ou técnica que possa apoiar o acesso ao conhecimento.(REA)

A definição de REA é polissêmica e pode ser expressa de forma abrangente como Inamorato (2012) apresenta na citação abaixo:

Recursos educacionais abertos podem ser considerados componentes (ou estratégias/práticas) da educação aberta, que é praticada atualmente dentro de uma perspectiva de compartilhamento de conteúdo digital com licença de uso aberta (Inamorato 2012, 83)

A autora enfatiza a condição da “licença aberta” para os REA. Pode-se afirmar que a criação de licenças *Creative Commons* (CC) permitiu o fortalecimento internacional do REA, ampliando o seu número e os tipos de REA. Nessas licenças, o autor tem seis possibilidades para decidir o que quer e como quer utilizar o recurso. A utilização permite ao usuário certas práticas de uso sem infringir direitos autorais, como cópia, compartilhamento, modificação e distribuição. Também cabe ao autor decidir se permite o uso da obra com ou sem fins comerciais.

1 Disponível em <<https://oerworkshop.weebly.com/>>, acessado em 15 ago 2016.

Com base no critério de licença aberta, surgem as principais características dos REA, no início associadas a quatro erres mas, devido às permanentes revisões, acrescentou-se uma erre a mais: **Re-ter**: entendido como guardar, copiar, descarregar (baixar); **Re-usar**: atende para as diversas formas de uso (estudo, vídeo, aula); **Re-visar**: identifica o adaptar, modificar, traduzir; **Re-mixar**: no sentido de combinar, incorporar; **Re-distribuir**: o uso para compartilhar, colaborar.

No Brasil e em países da América Latina, os grandes projetos REA têm tido o apoio direto ou indireto do Estado e, em vários casos, ligados a redes internacionais. A Rede de Portais Educativos da América Latina (RELPE) é um exemplo de projeto no âmbito governamental, do qual faz parte o Portal do Professor do MEC. Entre outros, destaca-se: o programa Centro de *Educación y Tecnología* (Enlaces) do Chile, criado em 1992 pelo Ministério de Educação do governo chileno; o *Portal Colombia Aprende*, criado em 2004 pelo Ministério de Educação Nacional da Colômbia; o EducaRede, criada em 2003 pela Fundação Telefônica e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação de Brasil.

No Brasil, Rossini (2010) destaca projetos desenvolvidos com apoio dos Ministérios de Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a seguir descrevem-se alguns dos projetos destacados pela autora:

Universidade Aberta (UAB), criada em 2005 e coordenada pelo Ministério de Educação do Brasil (MEC) uma rede de instituições e universidades que têm como objetivo difundir a Educação Superior para municípios onde ela não é oferecida. (Rossini 2010)

Existem diversos Repositórios Educacionais Digitais, criados desde 1997, dentre os quais estão: *SciELO Books – Scientific Electronic Library*

*Online*², que desde 1997 é uma rede de coleções de periódicos científicos atualmente disponibilizado no Brasil pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); a Rede Interativa Virtual de Educação³ (RIVED), iniciada em 1999 pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação; o Banco Digital de Teses e Dissertações⁴ (BDTD), criado em 2002 pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e o Ministério de Ciência e Tecnologia, cuja missão é disponibilizar a produção acadêmica nacional no âmbito nacional e internacional; o Banco Internacional de Objetos Educativos⁵ (BIOE), repositório criado em 2008, que integra parte da Rede Latino-americana de Portais Educativos⁶ – RELPE; e o Portal do Professor⁷, lançado em 16 de junho de 2008 como membro do RELPE, criado pelo Ministério de Educação (MEC) e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, para a integração e interação do sistema de educação pública.

Portal do Professor do MEC

Um dos projetos desenvolvidos como REA e que atende às recomendações de estímulo ao uso das NTICs na educação é a Rede Latino-americana de Portais Educativos (RELPE), criada em 2004 pelo acordo dos ministros da educação de 16 países de América Latina reunidos para tal fim em Santiago de Chile. Dentre os portais membros do RELPE encontram-se: “Colombia Aprende” criado em 2004; “Educar”, portal da Argentina, relançado em 2003 e membro do RELPE desde 2004; “Educarchile” criado em 2001 com a ligação da Rede Enlaces do Ministério

2 Disponível em <<http://books.scielo.org/>>, acessado em 01 ago 2016.

3 Disponível em <<http://rived.mec.gov.br/>>, acessado em 01 ago 2016.

4 Disponível em <<http://bdtd.ibict.br/>>, acessado em 01 ago 2016.

5 Disponível em <<http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/>>, acessado em 01 ago 2016.

6 Disponível em <<http://www.relpe.org/>>, acessado em 01 ago 2016.

7 Disponível em <<http://portalprofessor.mec.gov.br/index.html>>, acessado em 01 ago 2016.

de Educação e a Fundação Chile; “SEPiensa” portal de México; “PERÚEDUCA” membro do RELPE desde 2004.

Para a RELPE os portais educativos permitem a integração das tecnologias da informação e das comunicações na educação, assegurando uma distribuição que atinge a comunidade educativa toda quando assim precisar, disponibilizando recursos digitais para professores, estudantes e investigadores, além de ser um meio natural de formação continuada, de troca e discussão de experiências, de gestão escolar e de atualização.

O Portal do Professor do MEC foi especialmente criado para a comunidade educativa, como um apoio de comunicação em rede, via Internet, para acesso a informações de modo amplo e irrestrito com fomento das NTICs e para a participação do Brasil no RELPE. Como mencionado, o Portal foi criado pelo Ministério de Educação e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação em 2007, disponibilizado em 2008, visou à integração e interação do sistema de educação pública, como expressado a seguir:

Visando fomentar a participação de nossos professores em comunidades educacionais, com a oferta de conteúdos digitais, espaços de comunicação e outros elementos foi criado em 2007 o Portal do Professor, que iniciou sua operação em 2008. (Bielschowsk e Prata 2010, 2)

Porém, como relata Inamorato (2013), inicialmente o Portal não foi pensado como REA:

Essas iniciativas não foram originalmente criadas para serem REA, mas sim para ampliar o acesso a conteúdos digitais para professores e educandos. Na ocasião em que essas iniciativas foram criadas, na década de 90, não existia ainda o conceito de REA. Ele foi cunhado num congresso da UNESCO em 2002. Hoje em dia, é possível perceber

que algumas dessas iniciativas já mudaram ou estão em processo de mudança da sua licença de uso, como um todo e/ou em seus recursos individualmente, como é o caso do Portal do Professor do Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (atualmente MCTI) (Inamorato 2013, 8)

Ou seja, devido ao fortalecimento internacional desse movimento, o governo, que subsidia o projeto, reviu a licença de uso para que o Portal pudesse adquirir os requisitos especiais para se considerar REA.

O Portal, no seu início, em 2008, era acessível somente na Língua Portuguesa. Atualmente, ele está disponível também na Língua Espanhola. Frequentemente ele é visitado tanto por usuários o território brasileiro quanto por usuários de outros países como observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Acessos ao Portal desde o seu lançamento em 16 de junho de 2008 até Setembro de 2013.

MUNDO		BRASIL	
Acessos dentre 208 países		Acessos dentre 1127 cidades.	
Portugal	905.287	São Paulo	4.252.575
Estados Unidos	152.448	Rio de Janeiro	3.135.833
Angola	50.854	Belo Horizonte	3.017.002
Argentina	23.316	Salvador	1.966.194
Japão	21.308	Curitiba	1.413.020
Espanha	17.803	Brasília	1.327.436
México	13.782	Recife	1.299.286

Total de acessos 44.213.236

Fonte – <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/estatisticasVisita.html>>. Acesso em 01 set 2013.

O Portal estrutura-se em sete “grandes áreas”⁸ que são apresentadas em sua página inicial na forma de *links* ou páginas que podem ser acionadas: 1) “Espaço da Aula”; 2) “Jornal”; 3) “Multimídia”; 4) “Cursos e Materiais”; 5) “Colaboração”; 6) “Links”; 7) “Visite também”. Cada uma das grandes áreas está composta por subáreas, também na forma de *links* para serem acionados. Na figura 1 observa-se o *layout* atual.



Figura 1 – Atual da página inicial do Portal do professor do MEC.

Fonte – <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>>. Acesso em 17 nov 2016.

As grandes áreas apresentam especificidades de conteúdo e interatividade que são também complementares. Na grande área “Espaço da Aula”, o professor usuário pode produzir e compartilhar aulas. No “Jornal”, o professor usuário pode acessar as informações sobre prática

8 O termo “grande área” é uma terminologia usada pelo próprio Portal.

educacional. O acesso a recursos multimídia e seu *download* é realizado pela grande área “Multimídia”. Essa área tem links de acesso a *sites* temáticos, ao canal ‘TV Escola’, Cadernos didáticos, e diversos Recursos tecnológicos que incluem vídeos, hipertextos, imagens, áudios, simulações, e *softwares*. Na grande área “Cursos e Materiais”, o professor usuário pode acessar a materiais e cursos. A “Colaboração” possibilita a interação e colaboração entre colegas. Na opção “Links” o usuário pode acessar a diversas temáticas, entre os quais: museus, bibliotecas e outros portais. Por último, em “Visite Também”, pode-se acessar a Plataforma Freire, sistema eletrônico de gestão e acompanhamento do Plano Nacional de Professores da Educação Básica; pode ter acesso direto ao Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE) com conteúdo em diferentes idiomas.

A aula de música é principalmente disponibilizada no “Espaço da Aula”, contudo, observa-se ainda a aula de música em outras abas que acionam diferentes *links* ou páginas de uma “grande área”, como a grande área “Multimídia”, na qual o professor encontra elementos em formato de *links* para usar no planejamento da aula de música como imagem, som, vídeo, ou programas (*software*) de gravação ou criação de música. Acionando um desses elementos e buscando pela palavra-chave “música” o usuário também encontra opções de aula de música. Essa opção permite a interdisciplinaridade entre música e outras disciplinas e entre conteúdos.

“Espaço da Aula” e Aula de Música

O “Espaço da Aula” do Portal do Professor apresenta quatro ferramentas de navegação, essas são páginas apresentadas em abas superiores: 1) “Sugestões de Aula”, 2) “Criar Aula”, 3) “Minhas Aulas” e 4) “Orientações”. Segue uma breve descrição.

A aba “Sugestões de Aulas” apresenta *link* no qual o usuário tem acesso aos novos elementos “Aulas” e “Coleções de Aulas”. Esses também são disponibilizados como *link* ou páginas a serem acionadas. “Sugestões de Aulas” é um espaço no qual são disponibilizadas as aulas planejadas pelos professores, incluindo-se aulas de música.

Para se criar uma aula, o Portal exige prévio cadastramento e que o usuário seja professor ou aluno de licenciatura. No processo de criação, o portal fornece um formato a ser preenchido sequencialmente e sugere conceitos pedagógicos para serem observados e adotados.

O Portal apresenta parâmetros de organização do ensino por nível e modalidade que se diferenciam da estrutura apresentada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). O Portal não contempla, na opção “modalidade”, a Educação a Distância, a Educação Especial e a Educação do Campo. Quanto à Educação Profissional e Tecnológica, o Portal a entende como nível educacional e não como modalidade, conforme é descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) e nos PCNs.

A aula é apresentada na sua gestão de conteúdo, disponibiliza-se o planejamento de aula composto por: objetivos, atividades, das estratégias, recursos e da avaliação. Observa-se nas aulas de música do portal a inclusão de NTICs em todas as aulas, atendendo a exigência do Portal para que essas sejam incluídas. Vários desses recursos estão disponibilizados no mesmo Portal, especialmente dentro da grande área “Multimídia”, estes podendo ser incluídos na criação das aulas, e incluem vídeos, animações/simulações, áudios, imagens, experimentos, mapas, softwares educacionais e hipertextos. Dentre as estratégias com multimídia, são disponibilizados blogs, links de portais ou sites, podcasts ou áudios, google docs, wiki ou outro editor, softwares educacionais, salas de chat e fóruns, jornais eletrônicos e murais digitais.

O Portal disponibiliza a opção “mais opções de busca” com característica de busca avançada em que é possível especificar por meio de palavras-chave os termos de interesse de pesquisa. Em levantamento pela opção simples realizada no mês de setembro de 2013 no elemento “Aulas”, utilizando a palavra-chave música, encontrou-se um total de 810 aulas e 93 coleções de aulas. Essas aulas são distribuídas nos diferentes níveis e modalidades educacionais da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena).

Na “Busca avançada” o item “Componente curricular” identifica a área de conhecimento segundo a legislação brasileira. Para as aulas de música, o componente curricular é Artes nos diferentes Níveis de Ensino, exceto na opção Educação Profissional em que música está no componente curricular Produção Cultural e *Design*.

Na legislação educacional brasileira, especialmente, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para Educação Básica e nos PCNs a Arte é componente curricular da área de Linguagem e Códigos. No Portal do Professor, o item “Tema” para o Componente Curricular Arte se subdivide em temáticas específicas de acordo com o tipo de linguagem artística, música, teatro, artes visuais ou dança.

Para o Ensino Médio, essa estrutura fundamenta-se nos elementos básicos dos processos da linguagem e da comunicação, em que o ensino e a aprendizagem são orientados por três conceitos: 1) **código**, associado às estruturas morfológicas e sintáticas de cada linguagem (na música, códigos são os elementos musicais e sonoros sua organização em estruturas musicais); 2) **canal**, corresponde ao meio utilizado para a comunicação, o que na música envolve diferentes e diversas fontes sonoras (corpo, voz, objetos sonoros e instrumentos musicais); **contexto**, que insere a linguagem na cultura e pode ser analisado a partir da experiência, da vivência e dos sentidos e significados que os sujeitos atribuem à linguagem (na música, envolve gêneros e estilos musicais,

bem como as preferências e o gosto musical). A contextualização é um dos principais princípios pedagógicos dos PCNs e fundamental para a aprendizagem significativa.

Quanto às modalidades Educação de Jovens e Adultos (EJA), 1º e 2º ciclo e Educação Escolar Indígena, no Portal, o componente curricular Arte não é definido. Ou seja, não há opção de Componente Curricular Arte para o EJA 1º ciclo e não há opção Arte – Música para a Educação Escolar Indígena, embora esta apresente o Componente Curricular Arte.

A Tabela 2 resume e classifica as aulas de música disponibilizadas pelo Portal durante essa pesquisa.

Tabela 2 – Tipo de pesquisa e número de aulas de música

Seleção por tipo de pesquisa	Tipo	Aulas de música
Níveis	Educação Infantil	129
	Ensino fundamental Inicial (6 – 9 anos de idade)	356
	Ensino fundamental Final (10 – 14 anos de idade)	278
	Ensino Médio (15 – 18 anos de idade)	163
	Educação Profissional (15 - ... anos de idade)	5
Modalidade	Educação de Jovens e Adultos 1º Ciclo	63
	Educação de Jovens e Adultos 2º Ciclo	109
	Educação Escolar Indígena	23
Total de aulas de música:		1126

Fonte – <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/>>.

Dado o alto número de aulas, realizou-se um processo de seleção intencional em que se optou pela análise das aulas do nível Ensino Médio. Posteriormente, procedeu-se a seleção aleatória das aulas disponibilizadas no Portal. A partir desse momento, deu-se início a uma amostragem probabilística. Atendeu-se à descrição de Babbie (2005,120), que se refere a esse tipo de amostragem como “representativa da população da qual foi selecionada se todos os membros da população tiverem oportunidade igual de serem selecionados para a amostra.”

A etapa seguinte correspondeu à organização das aulas selecionadas na fase anterior em um quadro que identifica a aula numa sequência numeral, o autor e o título das aulas, considerando o número total de aulas de música selecionadas (N=48) para o Ensino médio de um universo de 443 aulas apresentadas na busca avançada.

Nas aulas de música analisadas foram identificados coautores atuando em parceria com diferentes autores, no entanto, um dos autores se apresenta também como coautor. Também foram observados princípios e concepções pedagógicas musicais expressas nos conteúdos das aulas de música e no papel do professor como gestor do conteúdo e da classe. Eles também se evidenciam na relação entre objetivos, estratégias e atividades, recursos e avaliação.

Por exemplo, percebe-se a presença da interdisciplinaridade e da contextualização como um princípio no qual a música está associada a outras áreas do conhecimento e a habilidades não musicais. Nessa perspectiva, nas aulas do Portal observam-se atividades ligadas à prática musical e às questões do corpo, nas quais se incluem percussão corporal e dança. O princípio da contextualização encontra-se, principalmente, ligado a temas de cultura, etnia e contexto social.

Considerações Finais

O artigo apresentou um recorte de pesquisa de análise documental, em que os fatos encontram-se nos documentos textuais que, nesta pesquisa, referem-se às aulas de música disponibilizadas no “Espaço da Aula” do Portal do Professor. No processo, incluiu-se uma combinação dos dados qualitativos e quantitativos que se complementam na análise e interpretação.

As aulas analisadas revelam as concepções sobre a aula de música e indicam a importância de se reconhecer o professor como produtor e disseminador de conhecimento pedagógico musical.

Os resultados da análise apresentam os planejamentos das aulas de música atendendo às exigências do Portal relativo aos componentes: objetivos, atividades, recursos e avaliação. Destaca-se ainda que o planejamento das aulas é avaliado pela equipe do Portal durante o processo de submissão. Esse fato restringe o planejamento às concepções e princípios pedagógicos do Portal e, a análise realizada, revelou que muitos planos de aula apresentam conflito entre as orientações e exigências do Portal e as próprias concepções dos autores e coautores. Contudo, os autores das aulas trazem de sua própria experiência como alunos, como professores e como sociedade em rede, as concepções e modelos de aula de música que eles já incorporaram.

Conclui-se, portanto, que as aulas de música disponibilizadas no “Espaço da Aula” do Portal do Professor permitem a socialização de experiências de aula de música que apresentem recursos das NTICs como ferramentas de apoio de atividades. Entre os resultados apresentados na análise realizada, observou-se o desejo, o entusiasmo e a necessidade da incorporação de NTICs na aula de música, evidência expressada nos planejamentos disponibilizados no Portal.

Importante destacar que o uso de recursos multimídias é também uma exigência para a criação e publicação de aulas no Portal.

Contudo, a pesquisa revela, que, em muitas aulas, os recursos multimídias e as NTICs são recursos secundários e utilizados como ilustração ou exemplos de teorias e atividades. Eles não são efetivamente o meio ou o instrumento de ensino e aprendizagem.

Referências

Babbie, Earl. 2005. *Métodos de pesquisas de survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Bielschowsk, Carlos Eduardo, e Carmem Lúcia Prata. 2010. "Portal educacional do professor do Brasil". *Revista de Educación* 352. http://www.revistaeducacion.educacion.es/re352/re352_28.pdf.

Bindé, Jérôme, e Frédéric Sampson, orgs. 2005. *Hacia las sociedades del conocimiento: Informe mundial de la UNESCO*. Unesco. <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001419/141908s.pdf>.

Brasil. [s.d.]. "Portal do professor". Ministério da Educação. Acessado 8 de agosto de 2016. <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>.

Drucker, Peter. 1969. *The age discontinuity: guidelines to our changing society*. New York: Harper & Row.

Inamorato, Andreia dos Santos. 2012. "Educação aberta: histórico, práticas e o contexto dos recursos educacionais abertos". In *Recursos Educacionais Abertos: praticas colaborativas e politicas publicas*, organizado por Bianca Santana, Carolina Rossini, e Nelson De Luca Pretto. Salvador: Edufba.

———. 2013. *Recursos educacionais abertos no Brasil: O estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e a inovação*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil.

Matsuura, Koichiro. 2005. "Prefacio". In *Hacia las sociedades del conocimiento: Informe mundial de la UNESCO*, organizado por Jérôme

Bindé e Frédéric Sampson. Unesco.

<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001419/141908s.pdf>.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 2016. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC educação 2015*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil.

Ortiz Rodriguez, María Débora. 2014. "A Música no 'Espaço da Aula' do Portal do Professor de 2008-2014: as aulas para o ensino médio". Mestrado, Brasília: Universidade de Brasília.

Passarelli, Brasilima. 2007. *Interfaces digitais na educação: Alucin[ações] consentidas & @ções comedidas*. São Paulo: USP-Escola do Futuro.

REA. [s.d.]. "Comunidade REA Brasil". Recursos educacionais abertos. Acessado 8 de agosto de 2016. <http://www.rea.net.br/site/comunidade-rea-brasil/>.

RELPE. [s.d.]. "Rede Latino-americana de Portais educacionais". Acessado 8 de agosto de 2016. <http://www.relpe.org/>.

Rossini, Carolina. 2010. *Green-Paper: The State and Challenges of OER in Brazil: From Readers to Writers?* 1. Berkman Center Research Publication. <https://ssrn.com/abstract=1549922>.

Rossini, Carolina, e Gonzalez Cristiana. 2012. "REA: o debate em política pública e as oportunidades para o mercado". In *Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas políticas públicas*, organizado por Bianca Santana, Carolina Rossini, e Nelson De Luca Pretto. Salvador: Edufba.

Unesco. 2002. "Forum on the Impact of Open Courseware for Higher Education in Developing Countries". Unesco. <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001285/128515e.pdf>.